PROLAGOS S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ/MF nº 02.382.073/0001-10

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2018			2019	
Software	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferências	Amortização acumulada
Licença de uso de *Software*	(523)	(160)	–	–	(683)
	(523)	(160)	–	–	(683)
	(204.538)	(32.124)	65	–	(236.597)

Ativo	2017 Amortização acumulada	2017 Adições	2018 Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga/Contrato de concessão	(1.245)	(420)	(1.665)
Instalações técnicas de saneamento	(120.617)	(15.909)	(136.526)
Edificações de estações de tratamento	(41.584)	(9.390)	(50.974)
Máquinas e equipamentos	(4.065)	(1.696)	(5.761)
Outros componentes	(7.828)	(1.261)	(9.089)
	(175.339)	(28.676)	(204.015)
Software			
Licença de uso de *Software*	(364)	(159)	(523)
	(364)	(159)	(523)
	(175.703)	(28.835)	(204.538)

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil do ativo, dos dois o menor. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2019. Em dezembro de 2018, a Companhia revisou a vida útil dos bens que resultou na alteração da estimativa da vida útil remanescente de certos ativos. Os efeitos prospectivos estimados dessas alterações no resultado de amortização não terão impactos materiais.

10. FORNECEDORES E EMPREITEIROS

	2019	2018
Fornecedores de materiais e serviços	18.495	21.698
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 7)	2.419	4.876
	20.914	26.574

11. FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Valor desembolsado	2019	2018
Projeto BNDES	Pré 3,0% a.a. a SELIC + 3,13% a.a. e TJLP + de 2,75% a.a. a 3,44% a.a.	janeiro/2022 a novembro/2035	461.686	363.548	257.872	282.317
Debêntures	CDI + 0,65% a 1,15% a.a.	setembro/2022 a junho/2024	200.000	200.000	200.663	100.943
					458.535	383.260
Circulante					66.560	30.737
Não circulante					391.975	352.523

Cronograma de amortização da dívida: As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - financiamentos:

	2019
2021	35.309
2022	28.447
2023	21.647
2024	13.002
2025 em diante	137.272
	235.677

Cronograma de amortização da dívida - debêntures:

	2019
2021	33.333
2022	33.333
2023	50.000
2024	50.000
	166.666

	2019
Custo de captação (não circulante)	(10.368)
Total	391.975

Movimentação das dívidas	2019	2018
Saldo inicial	383.260	356.146
Captações	100.000	51.000
(–) Pagamentos do principal	(28.900)	(28.637)
(–) Pagamentos de juros	(32.171)	(28.729)
Provisão de juros	24.646	27.070
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão (nota explicativa nº 8, item "i" letra "a")	10.805	6.518
(–) Custo de captação do exercício	(672)	(1.577)
Amortização de custo de captação do exercício	1.567	1.469
Saldo final	458.535	383.260

O saldo de custo de captação em 31 de dezembro de 2019 totaliza o montante de R$ 11.992 (R$ 12.887 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram reconhecidos conforme definições do IAS 32 e do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Entre janeiro de 2012 e novembro de 2015, a Companhia contratou financiamento, com a finalidade de investimentos para a implantação, ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios de atuação no valor nominal total de R$ 461.686, dos quais R$ 363.548 já foram desembolsados. Os financiamentos têm vencimento entre janeiro de 2022 e novembro de 2035. A Companhia concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são: (i) garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A ("Aegea"); (ii) cessão fiduciária de 75% dos direitos creditórios e os direitos emergentes da Companhia; (iii) os recursos mantidos em conta reserva; e (iv) penhor de 24% das ações da Companhia detidas pela Aegea. Em setembro de 2017, mediante a 3ª emissão, a Companhia emitiu 10.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, com valor nominal total de R$ 100.000, as quais serão pagas em três parcelas anuais, em setembro de 2020, de 2021 e de 2022 e os juros pagos semestralmente a partir de março de 2018. As garantias mais importantes relacionadas a tais debêntures são: (i) garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea; (ii) cessão fiduciária equivalente a 25% dos direitos creditórios da Companhia; e (iii) penhor de 25% das ações da Companhia, detidas pela Aegea. Em junho de 2019, mediante a 4ª emissão, a Companhia emitiu 10.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal total de R$ 100.000, as quais serão pagas em duas parcelas anuais, em junho de 2023 e de 2024 e os juros pagos semestralmente a partir de dezembro de 2019. A Companhia mantém em seus financiamentos, debêntures, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas, quantitativas e qualitativas, referentes aos financiamentos e debêntures estão adimplentes em 31 de dezembro de 2019.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida. A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas esperadas com as ações em curso e depósitos judiciais, como segue:

	Depósitos judiciais		Demandas judiciais	
Natureza	2019	2018	2019	2018
Cíveis	1.573	560	5.807	4.431
Trabalhistas	167	316	26	239
Tributárias	14.043	10.000	45	–
Ambiental	–	–	1.028	–
	15.783	10.876	6.906	4.670

Movimentação da provisão para demandas judiciais:

Natureza	2018	Resultado Adições	Resultado Reversões	Indenizações para desapropriação		Pagamentos	2019
Cível	4.431	6.581	(2.730)	112	*(i)*	(2.587)	5.807
Trabalhista	239	1.079	(1.217)	–		(75)	26
Tributária	–	45	–	–		–	45
Ambiental	–	2.843	(1.815)	–		–	1.028
	4.670	10.548	(5.762)	112		(2.662)	6.906

Natureza	2017	Resultado Adições	Resultado Reversões	Indenizações para desapropriação		Pagamentos	2018
Cível	2.976	7.424	(3.420)	2.423	*(i)*	(4.972)	4.431
Trabalhista	246	903	(586)	–		(324)	239
Tributária	–	2.415	–	–		(2.415)	–
	3.222	10.742	(4.006)	2.423		(7.711)	4.670

(i) Nota explicativa nº 8, item "i" letra "b". **Demandas judiciais possíveis:** As demandas judiciais passivas não reconhecidas referentes a processos avaliados pelos seus assessores jurídicos como sendo de risco possível somavam o montante de R$ 7.857 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 16.331 em 31 de dezembro de 2018), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo: **a. Processos cíveis:** A Companhia possui processos que correspondem principalmente às causas envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, indenização por acidentes e danos morais, oriundos da relação de prestação de serviços pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 totalizam R$ 1.150 (R$ 9.759 em 31 de dezembro de 2018) e não possui nenhum processo individualmente significativo. **b. Processos trabalhistas:** A Companhia é parte envolvida também em processos relacionados a reclamações trabalhistas associadas à cobrança de horas extras e aviso prévio de ex-funcionários. Em 31 de dezembro de 2019, totalizam R$ 1.261 (R$ 1.113 em 31 de dezembro de 2018) e não possui nenhum processo individualmente significativo. **c. Processos tributários:** A Companhia possui processos que totalizam um montante de R$ 913 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 563 em 31 de dezembro de 2018) e não possui nenhum processo individualmente significativo. **d. Processos ambientais:** A Companhia possui processos que totalizam um montante de R$ 4.533 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 4.896 em 31 de dezembro de 2018). O principal processo refere-se à: • Processo movido pelos pescadores da região de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio/RJ no qual a Companhia e outras concessionárias de saneamento são acusadas de poluir um lago da região com o desaguamento dos esgotos. A Companhia instruiu os processos com decisão do órgão regulador concluindo pela não responsabilidade da Companhia no evento, posição ratificada pelo Consórcio Ambiental integrado pelos prefeitos e pelo órgão ambiental estadual. O valor estimado da contingência em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 1.883 (R$ 4.896 em 31 de dezembro de 2018). **Depósitos judiciais:** A Companhia possui depósitos judiciais que totalizam um montante de R$ 15.783 (R$ 10.876 em 31 de dezembro de 2018), o principal depósito judicial refere-se à: • Processos movidos pela Concessionária requer a alteração da alíquota do ICMS no percentual de 25% para 18%, sobre o fornecimento de energia elétrica e telefonia, com fundamento principal na declaração pelo Órgão Especial do TJERJ da inconstitucionalidade do Art. 14, VI, item 2, e VIII, item 7 do Decreto nº 27.427 do ano de 2000 do Estado do Rio de Janeiro, que fixa a alíquota de ICMS incidente sobre os serviços de energia elétrica e telecomunicações. O valor dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 14.044 (R$ 10.000 em 31 de dezembro de 2018).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2019, o capital social integralizado é de R$ 255.041 (R$ 255.041 em 31 de dezembro de 2018) e está representado por 221.673.074 (duzentos e vinte e um milhões, seiscentos e setenta e três mil e setenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%
Outros	0,01%
	100,00%

b. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. **c. Reserva estatutária:** Do saldo restante do lucro líquido do exercício após a reserva legal e os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados, até 1% será aplicado na constituição da reserva de restituição de capital aos acionistas, cujo objetivo será exclusivo de reembolsar o capital investido na Companhia pelos acionistas em caso de extinção da concessão pelo Poder Concedente, a qual poderá ser utilizada somente para tal finalidade, até que a mesma atinja 0,5% (meio por cento) do Capital Social, conforme art. 194 da Lei 6.404/76. **d. Reserva de retenção de lucros:** A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E - Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária. **e. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2019 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	101.519	89.890
(–) Constituição da reserva legal	(5.076)	(4.495)
Lucro líquido ajustado	96.443	85.395
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	24.111	21.349
Dividendos distribuídos no exercício		
Dividendos distribuídos do resultado de exercícios anteriores	90.000	35.500
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos do resultado do exercício	17.652	22.832
	107.652	58.332

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia destinou dividendos intermediários no montante de R$ 90.000 (R$ 35.500 em 31 de dezembro de 2018) e juros sobre o capital próprio no montante bruto de R$ 17.652 (R$ 15.005, líquidos de impostos) (R$ 22.832 em 31 de dezembro de 2018 (R$ 19.407, líquidos de impostos)) sendo imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social. Também realizou pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio à controladora Aegea Saneamento e Participações S.A., no montante de R$ 68.405 (R$ 25.000 em 31 de dezembro de 2018). Os créditos de juros sobre capital próprio foram contabilizados durante os meses de janeiro a dezembro de 2019, datas tomadas como base de cálculo, com a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF de acordo com a legislação vigente. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2019	2018
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	351.859	295.591
Outros serviços indiretos de água	24.383	25.755
Outros serviços indiretos de esgoto	61	126
Receitas de construção	60.210	113.557
Total receita bruta	436.513	435.029
Deduções da receita bruta		
(–) Cancelamentos e abatimentos	(7.879)	(6.233)
(–) Impostos sobre serviços	(34.079)	(29.160)
Total da receita operacional líquida	394.555	399.636

15. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS POR NATUREZA

	2019	2018
Pessoal	(14.255)	(11.489)
Conservação e manutenção	(5.290)	(3.161)
Serviços de terceiros	(6.977)	(6.104)
Materiais, equipamentos e veículos	(2.467)	(1.979)
Amortização e depreciação	(31.721)	(28.451)
Créditos de PIS e COFINS	2.517	2.263
Custo de concessão	(1.571)	(1.340)
Custo de construção	(60.210)	(113.557)
Energia elétrica	(18.365)	(21.383)
Produtos químicos	(3.824)	(3.190)
Locação	(2.873)	(3.061)
Outros	(3.060)	(2.104)
	(148.096)	(193.556)

16. DESPESAS DE VENDAS, ADMINISTRATIVAS E GERAIS POR NATUREZA

	2019	2018
Pessoal	(5.554)	(9.066)
Conservação e manutenção	(1.261)	(801)
Serviços de terceiros	(25.028)	(31.365)
Materiais, equipamentos e veículos	(470)	(1.260)
Amortização e depreciação	(455)	(384)
Créditos de PIS e COFINS	26	7
Energia elétrica	(196)	(244)
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(6.651)	(7.311)
Recuperação (Baixa) de títulos do contas a receber	3.052	(4.141)
Seguros	(357)	(434)
Viagens e estadias	(225)	(477)
Provisão para demandas judiciais	(4.786)	(6.736)
Impostos, taxas e contribuições	(182)	(365)
Locação	(4.262)	(2.071)
Publicidade e propaganda	(1.801)	(2.938)
Gastos com telefonia	(656)	(646)
Outras	(1.802)	(2.810)
	(50.608)	(71.042)

17. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de títulos baixados do contas a receber	–	16.830
Outras receitas operacionais	150	68
	150	16.898

18. RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras *(i)*	4.618	1.672
Juros e multa recebidos ou auferidos	4.844	5.903
Outras receitas financeiras	43	35
Receitas financeiras	9.505	7.610
Despesas		
Encargos e variação monetária sobre financiamentos e debêntures	(24.646)	(27.070)
Ajuste a valor presente de clientes	697	(2.141)
Juros sobre atrasos em pagamentos	(68)	(815)
Despesas com IOF	(14)	(22)
Descontos concedidos	(20.641)	(15.523)
Despesas e comissões bancárias	(1.957)	(1.804)
Impostos s/receita financeira (PIS/COFINS)	(451)	(391)
Outras despesas financeiras	(1.597)	(1.492)
Despesas financeiras	(48.677)	(49.258)
Resultado financeiro	(39.172)	(41.648)

(i) As receitas de rendimentos de aplicações financeiras abrangem juros incorridos sobre as rubricas de caixa e equivalentes de caixa no montante de R$ 13 registrados no resultado do exercício de 2019 (R$ 115 em 31 de dezembro de 2018).

19. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes: A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, está apresentada como segue:

	2019	2018
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	156.777	110.283
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(53.304)	(37.496)
Reversão/Despesas indedutíveis	223	(2.646)
Baixa de títulos do contas a receber	(9.381)	11.253
Inovação tecnológica	19	480
Juros sobre o capital próprio	6.002	7.763
Doações Rouanet e Caráter desportivo	977	–
PAT e demais incentivos	182	275
Outras diferenças permanentes	24	(22)
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(29.083)	(15.301)
Diferido	(26.175)	(5.092)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(55.258)	(20.393)
Alíquota efetiva	35%	18%

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	2019	2018
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados	(29.083)	(15.301)
Saldo pago referente a anos anteriores	(438)	(2.681)
Antecipação do IRPJ e CSLL	–	(201)
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	2.077	584
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(27.444)	(17.599)
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente a saldo negativo IRPJ e CSLL e retenções na fonte	894	146
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.183	438
	2.077	584

b. Composição e movimentação dos impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis aos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2018	Resultado		2019
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	9.041	2.263		11.304
Provisão para participação nos lucros	560	153		713
Provisão para demandas judiciais	764	722	*(ii)*	1.486
Ajuste a valor presente de clientes	5.057	(237)		4.820
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	17.366	(12.972)		4.394
Perda com clientes	–	862		862
Arrendamentos CPC 6 (R2)	–	1		1
Ativo fiscal diferido	32.788	(9.208)		23.580
Amortização de intangível *(ii)*	(17.784)	783		(17.001)
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	(12.625)	(3.207)	*(iii)*	(15.832)
Custo de captação de financiamentos e debêntures	(3.380)	199	*(iv)*	(3.181)
Baixa de títulos do contas a receber	–	(14.742)		(14.742)
Passivo fiscal diferido	(33.789)	(16.967)		(50.756)
Passivo fiscal diferido líquido	(1.001)	(26.175)		(27.176)

	2017	Resultado		Patrimônio líquido	2018
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	4.224	2.485		2.332	9.041
Provisão para participação nos lucros	473	87		–	560
Provisão para demandas judiciais	1.096	(332)	*(ii)*	–	764
Ajuste a valor presente de clientes	4.329	728		–	5.057
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	24.032	(6.666)		–	17.366
Ativo fiscal diferido	34.154	(3.698)		2.332	32.788
Amortização de intangível *(ii)*	(18.570)	786		–	(17.784)
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	(10.587)	(2.038)	*(iii)*	–	(12.625)
Custo de captação de financiamentos e debêntures	(3.238)	(142)	*(iv)*	–	(3.380)
Passivo fiscal diferido	(32.395)	(1.394)		–	(33.789)
Passivo fiscal diferido líquido	1.759	(5.092)		2.332	(1.001)

(i) Conforme o artigo 69 da lei 12.973/14, a diferença em 31 de dezembro de 2014 entre o total da amortização contábil e fiscal, será adicionado na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, em quotas fixas mensais e durante o prazo restante de vigência do contrato, valor realizado em 31 de dezembro de 2019 R$ 2.308 (R$ 2.308 em 31 de dezembro de 2018). *(ii)* O saldo está líquido do montante do imposto sobre as demandas judiciais pagas no valor de R$ 905 (R$ 2.622 em 31 de dezembro de 2018). *(iii)* O saldo está líquido da amortização sobre juros capitalizados no ativo de contrato da concessão no montante de R$ 467 (R$ 178 em 31 de dezembro de 2018). *(iv)* O saldo está líquido do imposto sobre a amortização do custo de captação de financiamentos e debêntures incorridas no montante de R$ 427 (R$ 533 sobre amortização do custo de captação incorrida no exercício deduzindo despesas referente a anos anteriores que não afetaram o diferido no valor de R$ 106), (R$ 394 em 31 de dezembro de 2018 - R$ 500 sobre amortização do custo de captação incorrida no exercício deduzindo despesas referente a anos anteriores que não afetaram o diferido no valor de R$ 106).

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Visão Geral: A Companhia está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. **Estrutura de gerenciamento de risco:** A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2019, é de R$ 33.243, representando aproximadamente 18,47% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2018, esta provisão era de R$ 26.592, representando aproximadamente 17,51% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	4.525	3.920
Aplicações financeiras	116.354	43.384
Contas a receber de clientes	146.746	125.303
	267.625	172.607

Garantias: A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea Saneamento, no exercício atual a Companhia não forneceu nenhuma garantia. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e reflete o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

continua

Nova Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro — Governo do Rio de Janeiro — documento assinado digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quinta-feira, 20 de Fevereiro de 2020 às 03:14:13 -0300.